

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM ARQUIVOLOGIA**

ISABEL CRISTINA LOURENÇO FREIRE

A Preocupação com as Catástrofes Naturais chega ao âmbito dos Arquivos

**JOÃO PESSOA
2015**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM ARQUIVOLOGIA**

A Preocupação com as Catástrofes Naturais chega ao âmbito dos Arquivos

Artigo apresentado ao Curso de Graduação em Arquivologia do Centro de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal da Paraíba como requisito parcial para obtenção do grau de bacharel.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Xavier Azevedo Netto
Co-Orientadora: Prof^a. Ma. Thaís Catoira

JOÃO PESSOA
2015

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM ARQUIVOLOGIA**

**A Preocupação com as Catástrofes Naturais chega ao âmbito dos
Arquivos**

Artigo apresentado ao Curso de Graduação em Arquivologia do Centro de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal da Paraíba como requisito parcial para obtenção do grau de bacharel.

Aprovado em: ____/____/2015.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Carlos Xavier Azevedo Netto

Profa. Dra. Bernardina Maria Juvenal Freire de Oliveira

Profa. Ma. Geysa Flávia Câmara de Lima Nascimento

A Preocupação com as Catástrofes Naturais chega ao âmbito dos Arquivos

ISABEL CRISTINA LOURENÇO FREIRE

E-mail: isalourenco07@hotmail.com

RESUMO

Este artigo propõe contribuir a partir de discussão em torno do processo de preservação e conservação de documentos danificados por catástrofes naturais, com ênfase em sinistros resultantes da ação de enchentes. Para isso aprofundamos o estudo no Comitê de Preservação e Resgate chamado Escudo Azul, bem como, apresentando as práticas adotadas por instituições brasileiras, como o Conselho Nacional de Arquivos e a Biblioteca Nacional, que possuem diretrizes em caso de acidentes por água. Este artigo constitui-se assim, um estudo de caso, tendo como base a pesquisa bibliográfica, envolvendo consequências das catástrofes naturais, focando na água como elemento de risco, em arquivos documentais, tendo em vista os meios de preservação, recuperação e tratamentos.

Palavras-chave: Arquivologia. Escudo Azul. Arquivos Danificados. Catástrofes Naturais.

ABSTRACT

This paper proposes contribute from discussion on the process of preservation and conservation of documents damaged by natural disasters, with an emphasis on claims arising from the flood action. For that deepen the study on Conservation and Rescue Committee called Blue Shield, as well as presenting the practices adopted by Brazilian institutions such as the National Council on Archives and the National Library, which have guidelines in case of accidents by water. This article constitutes therefore a case study, based on the literature, involving consequences of natural disasters, focusing on water as a risk element in documentation, and in view of the preservation media, recovery and treatments.

Keywords: Archival. Blue Shield. Damaged files. Natural disasters.

1. INTRODUÇÃO

Os documentos fazem parte de nossa vida, neles estão contidas informações que nos faz remeter lembranças importantes para nossa história. Tendo em vista essa importância, se faz necessário pensar em como preservá-los e quais medidas serão tomadas diante de situações que envolvem Catástrofes Naturais, acidentes, forças físicas, entre outros.

Levando tais fatores para o campo dos arquivos, museus e bibliotecas, que salvaguardam documentos considerados significativos para a memória da sociedade, é preciso elaborar planos de prevenção e ações imediatas que minimizem os impactos gerados por tais eventualidades de catástrofes. Assim, é preciso o uso de medidas emergenciais, como providenciar sua recuperação física, a fim de evitar danos maiores a toda sua estrutura, principalmente no quesito informacional.

Ciente desses possíveis acontecimentos, as instituições que salvaguardam documentos e objetos culturais, assumem a responsabilidade sobre sua manutenção, conservação e preservação. Essas situações acabam por demandar ações específicas, e por isso a necessidade de criação de mecanismos e procedimentos que possam dar conta de cada particularidade dos materiais salvaguardados.

Assim, escolhemos para este artigo, compreender as ações de preservação e conservação que envolve catástrofes resultantes de enchentes, tendo a água como fator principal da discussão. No âmbito nacional, temos como exemplo o Arquivo Nacional, que como forma de precaução, elaborou diversas normas e recomendações, no qual expõem através de artigos, folhetos e cadernos, as recomendações traçadas pela Câmara Técnica de Preservação de Documentos, cujo objetivo é orientar a recuperação de acervos danificados. Ao tratar das danificações ocasionadas pela água, a instituição divulga métodos e técnicas adequadas servindo como parâmetro e instrumento de orientação para outras instituições detentoras de acervos arquivísticos, em seus diferentes suportes.

A necessidade de compor tais métodos e procedimentos que promovam a recuperação física dos documentos acometidos pela ação da água deve-se por sinistros como enchentes ou acidentes localizados como infiltrações.

No caso de enchentes, vários casos podem ser elencados ao longo da história da humanidade, a exemplos de: em 2002 na Europa Central, em 2010, na cidade de União dos Palmares - Alagoas, ou em 2011, na Tailândia, entre outros que analisaremos mais especificamente ao longo deste artigo, e que marcaram significativamente o campo da preservação, conservação e restauração de patrimônios materiais, como o caso da enchente em Florença na Itália, em 1966 e São Luiz do Paraitinga, São Paulo - Brasil, em 2009.

O interesse pelo tema é resultante das aulas da disciplina de Preservação e Conservação de Acervos pertencentes ao Curso de Arquivologia da Universidade Federal da Paraíba, pois nos instigou buscar meios de preservação e restauração em caso de catástrofes naturais, especialmente no caso de enchentes. Nesse sentido, durante algumas pesquisas, nos deparamos com o Comitê Brasileiro do Escudo Azul, no qual há um empenho significativo de diversos profissionais em ajudar na recuperação, restauração e conservação de documentos e outros materiais afetados em catástrofes naturais.

Dentro deste contexto, traçamos como nosso objetivo geral, promover através de levantamento na literatura da área, fontes de referências para pesquisa e reflexão no campo da preservação e conservação de arquivos danificados por consequências de desastres naturais especificamente enchentes. Busco ainda, apresentar o contexto histórico e de atuação do grupo voluntário brasileiro atuante no campo da preservação e conservação de bens culturais - O Comitê Brasileiro do Escudo Azul.

Apresento algumas referências na literatura da área de Preservação e Conservação, casos específicos referentes a desastres naturais resultantes de enchentes, ocorridos no cenário nacional e internacional. Aponto algumas recomendações para acervos arquivísticos danificados por água, a partir de procedimentos técnicos de conservação e restauração adotados pelo Conselho Nacional de Arquivos - CONARQ e pela Biblioteca Nacional, destacando assim, a importância de se desenvolver políticas de preservação para as instituições de guarda de bens culturais, refletindo os documentos arquivísticos.

Ao decidir a metodologia, abordada em trabalhos acadêmicos, percebemos o quanto esse procedimento requer atenção. Uma vez que, é através dos métodos utilizados que a pesquisa definirá as ferramentas adequadas para alcançar os objetivos traçados pelo pesquisador. Compreendendo tal conceito metodológico, Eva Lakatos (2001) esclarece sobre metodologia da seguinte maneira,

[...] o conjunto das atividades sistemáticas e racionais que, com maior segurança e economias, permite alcançar o objetivo conhecimentos válidos e verdadeiros -, traçando o caminho a ser seguido, detectando erros e auxiliando as decisões do cientista (LAKATOS, 2001, p. 83).

Este artigo constitui-se assim, um estudo de caso, tendo como base uma pesquisa bibliográfica sobre as consequências das catástrofes naturais, focando na água como elemento de risco, em arquivos documentais, tendo em vista os meios de preservação, resgate e tratamentos. Para Severino (2007, p.121), estudo de caso caracteriza-se por ser:

Pesquisa que se concentra no estudo de um caso particular, considerado representativo de um conjunto de casos análogos, por ele significativamente representativo. [...] os dados devem ser coletados e registrados com o necessário rigor [...] devem ser trabalhados, mediante análise rigorosa, e apresentados em relatórios qualificados.

Pretende-se assim, estimular uma reflexão sobre a preservação de acervos que vem se perdendo com o passar do tempo, onde as autoridades não tomam as devidas providências para a conservação e preservação. A intenção do artigo está em estimular discussões em torno desses temas, estabelecendo desse modo, a união de pesquisadores e restauradores na busca da preservação da nossa documentação.

2. O COMITÊ BRASILEIRO DO ESCUDO AZUL

Assim como a Cruz Vermelha é uma organização internacional sem fins lucrativos cujo objetivo principal é prestar socorro e assistência às pessoas vítimas de guerras e catástrofes naturais (terremotos, tornados, enchentes, etc.).

Esta responsabilidade de dar assistência e resgatar documentos vem sendo realizado pela entidade denominada Comitê Internacional do Escudo Azul (International Committee of the Blue Shield - ICBS).

O Escudo Azul surge assim, em consonância com as adaptações da UNESCO - Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura com a convenção de Haia em 1954, que estabeleceu regras que visavam à proteção dos bens culturais em caso de catástrofes. Inicialmente o foco estava voltado para questões de conflitos armados, resultante das experiências pós-segunda Guerra Mundial.

O símbolo do Escudo Azul representa os locais que têm seus patrimônios culturais protegidos conforme a convenção supracitada. O Comitê Internacional do Escudo Azul atua como uma organização internacional independente que lida em parceria com outras instituições, em âmbitos nacionais e internacionais, com objetivo de responder a situações de crise, seja resultante de atos conflituosos como guerras, ou desastres naturais.

Atuando em diferentes países, os Comitês do Escudo Azul, acabaram espalhando-se e reunindo especialistas e governos, com o intuito de prestar serviços de emergência, bem como promover congressos, fóruns de discussão e intercâmbio de experiências e informações para sua melhor atuação e divulgação para a construção de uma consciência coletiva, que atente para as ameaças ao patrimônio e a necessidade de sua preservação.

O Escudo Azul faz um trabalho com a mesma base de objetivos, onde o foco é a prevenção, proteção e resgate dos documentos e acervos arquivísticos, o trabalho traz a elaboração de medidas que protejam o patrimônio cultural, que além de uma equipe técnica, conta ainda com voluntários para o resgate em todo o Brasil, através dos comitês regionais.

Sobre o Comitê Brasileiro do Escudo Azul - CBEA é um órgão que reúne profissionais de diferentes áreas para ações de salvaguarda e conscientização da herança cultural, em zonas de risco e ações preventivas em casos de emergências.

Diante da imensa dimensão territorial do Brasil, têm-se espalhados Comitês Regionais do Escudo Azul, no qual assume a responsabilidade de descentralizar as ações do CBEA para todos os estados da União, recrutando assim, instituições locais de socorro e especialistas voluntários para enfrentar qualquer ameaça de desastre, além, de divulgar os princípios de prevenção de desastres nas instituições culturais locais.

No Brasil, o primeiro comitê criado foi em 2006, o **Comitê Baiano do Escudo Azul** patrocinado pela Universidade Federal da Bahia. Sua criação ocorreu durante o Seminário Brasileiro de Bibliotecas Universitárias. Já o **Comitê Paulista do Escudo Azul – CPEA** - foi criado em dezembro de 2008 como consequência da iniciativa de um grupo de profissionais ligados ao patrimônio cultural preocupados com a salvaguarda das coleções quando em situação de emergência. Um dos principais fatores que resultou na reunião deste grupo foi o incêndio no Centro Cultural São Paulo – CCSP -, provocado pela queda de um balão, em maio de 2007.

Com base nesta experiência e a partir da percepção da fragilidade das instituições quando em situações emergenciais, bem como da ineficiência de uma ação isolada e interna, formou-se inicialmente um grupo com profissionais do próprio Centro Cultural, Museu Lasar Segall, Museu de Arte de São Paulo (MASP), Pinacoteca do Estado de São Paulo, Museu de Arte Contemporânea (MAC/USP), Departamento do Patrimônio Histórico (DPH), Associação Paulista de Conservação e Restauração (APCR) e a Sra. Gina Machado, ex-fundação VITAE.

No segundo encontro do grupo, convidou-se o presidente do ICOM, Sr. Carlos Roberto Brandão, para expor o Blue Shield- Escudo Azul-, na ocasião o Sr. Brandão sugeriu que o grupo trouxesse o Escudo Azul para São Paulo. Devido à compatibilidade de diretrizes e a similaridade no que concerne aos objetivos pré-estabelecidos pelo grupo, a criação do CPEA foi uma consequência natural, pois vinha de encontro à preocupação geral.

Atualmente o CPEA conta com membros oriundos de praticamente todas as instituições museais e arquivísticas da cidade de São Paulo, além de um representante do Corpo de bombeiros. Além disso, promove palestras e cursos voltados para a conscientização dos problemas que afetam o patrimônio e realizam simulados da salvaguarda.

O Comitê Paulista, reúne-se mensalmente para estabelecer os princípios objetivos e metas de socorro ao patrimônio cultural. As reuniões são realizadas em sistema de rodízio em instituições vinculadas aos seus membros, promovendo maior integração e conhecimento dos problemas de cada uma delas.

Ainda na região sudeste, **O Comitê Mineiro do Escudo Azul** foi criado no dia 26 de novembro de 2010, durante a solenidade de comemoração de 30 anos do Centro de Conservação e Restauração de Bens Culturais Móveis-CECOR da UFMG, com a presença da coordenadora nacional do escudo Azul Dra. Célia Ribeiro Zahere do reitor daquela Universidade, foi criado o Comitê Mineiro do Escudo Azul, que está situado no centro de Conservação e Restauração de Bens Móveis – CECOR na Escola de Belas Artes - EBA da Universidade Federal de Minas Gerais UFMG.

Outros comitês brasileiros foram compostos na região sul do país, o **Comitê Gaúcho do Escudo Azul** criado no dia 04 de agosto de 2011 no I Encontro Sobre Ações de Resgate de Acervos Culturais. Esse evento promovido pelo Departamento de Museologia e Conservação e Restauro sob a coordenação das professoras Andréa Bachettini e Silvana Bojanoski, marcou a implantação do Comitê Gaúcho do Escudo Azul. A sede do Comitê Gaúcho do Escudo Azul está situada na cidade de Pelotas, vinculado a UFPEL. E ainda, o **Comitê Paranaense do Escudo Azul** idealizado pela Associação de Restauradores e Conservadores do Paraná junto com a Defesa Civil Municipal e o Corpo de Bombeiro de Curitiba. Fundado oficialmente no dia 12 de Junho de 2013, sua sede está localizada no Instituto Federal do Paraná, do Museu Oscar Niemeyer.

Como podemos observar na região Nordeste temos apenas um comitê regional na Bahia, carecendo as demais cidades nordestinas de instituições como esta que auxiliem e promovam informações, conhecimentos e técnicas em virtude da salvaguarda de seus patrimônios. Regiões como o Centro-Oeste e Norte, também não possuem tais assistências, ampliando assim a lacuna que tange questões de preservação, conservação dos patrimônios culturais brasileiros.

3. CONSEQUÊNCIAS NO ARQUIVO: O documento danificado pela água

Alguns acervos arquivísticos têm sido danificados ou até mesmo perdidos por falta de devidas providências pós-desastres, mas principalmente, por não estarem preparados para tais eventualidades. No momento do planejamento de sua construção, devem atentar para questões básicas, como, ser construído longe de rios, nascentes, áreas pantanosas entre outros. Na publicação *Recomendações para Construção de Arquivos*, editada pelo CONARQ, há referências sobre o local adequado à construção de arquivos, e a necessidade de serem evitadas estas áreas e também como evitar as áreas com riscos de deslizamento e inundação.

Entretanto, é possível observar diante de nossa realidade, que os acervos estão se perdendo por falta de iniciativa de preservação dos responsáveis. E na maioria das vezes o tamanho do problema só é diagnosticado quando há a solicitação do documento para uso e este não atende as necessidades de seu pesquisador. Mas em casos de catástrofes naturais a densidade do problema é por vezes, maior, pois não há como prever quando irá acontecer, nem qual será o prejuízo causado nos documentos.

Catástrofes acontecem e não podemos mudar isso, o que podemos é tentar minimizar os danos causados após o desastre, como ações para obter o maior número de informações sobre a localização da documentação perdida, bem como buscar os meios cabíveis de tratamento para determinado grau de desgaste documental.

A falta de planejamento prévio principalmente no que tange a questão arquitetônica, conforme a publicação de *Recomendações para Construção de Arquivos*, editada pelo CONARQ.

Segundo o Comitê Paulista Escudo Azul, as catástrofes são um problema que atinge a todos da sociedade, desde as instituições, governos, empresas, até os cidadãos sem distinguir classes. Para eles é preciso desenvolver o que eles denominam de "cultura do risco".

Tal política de prevenção permite ações específicas para as áreas atingidas, seja ela referente aos edifícios, aos bens e as coleções. E para tanto, a fase de prevenção busca primordialmente identificar os caminhos a serem seguidos e estes devem ser previamente analisados para serem implantados, e ainda necessita essencialmente para sua eficácia, de pessoas conscientizadas, treinadas e equipadas que poderão participar e responder as etapas de preparação para o enfrentamento de situações de emergência.

O treinamento e a capacitação devem ultrapassar o corpo profissional que trabalha diretamente com os acervos e coleções, é preciso estabelecer parcerias entre os órgãos de defesa, corpo de bombeiros, polícia, defesa civil, etc., para que em casos de eventuais desastres uma rede de profissionais seja acionada para atuar de forma eficaz e coerente a fim de manter a integridade e assegurar a preservação dos bens patrimoniais de modo geral.

Segundo Toledo (2009) toda instituição que tem sob custódia, acervos e coleções deveria possuir um plano de emergência, para este plano faz-se necessário uma redação e teste (através de uma simulação) para posterior revisão e aperfeiçoamento. Conforme o manual do projeto **Conservação Preventiva em Bibliotecas e Arquivos** - CPBA nº 20 a 25, é preciso ter especificado os materiais, mobiliários e equipamentos de emergência dispostos na instituição. E não basta o treinamento da equipe, é preciso constituir uma comissão com divisão de atividades para que se possam coordenar as ações em momentos de stress, ter conhecimento das técnicas de intervenção e manuseio de obras e documentos danificados, saber identificar as coleções raras e valiosas para agir com prioridade em caso de evacuação.

Assim como as instituições militares, protocolos médicos, em eventuais desastres e sinistros a triagem é um fator que auxilia na atuação e organização dos procedimentos, e isso não é diferente quando se trata dos documentos. Toledo (2009) alerta para as prioridades do resgate, de maneira que, a primeira deve ser sempre a salvaguarda da vida humana, após estas estarem asseguradas, a atenção volta-se para documentos e objetos com valor probatório e vitais para a instituição e sociedade. Aqueles materiais de valores simbólicos e culturais mais significativos, ou ainda de valores comerciais, normalmente são colocados como prioridade nas ações de resgate, e após estes estarem salvos, é que se dará a busca pelo restante do acervo.

Considerando as catástrofes naturais, elas sempre surpreendem. Além de provocarem grande destruição material e alterações na superfície terrestre, têm-se a lastimável perda de vidas humanas. Nos últimos anos, devido às alterações climáticas provocadas pelo homem, nos deparamos com situações jamais vistas, como tsunamis arrasadores como na Indonésia em 2004 e no Japão em 2011. Tais eventos inundaram e arrasaram cidades inteiras, deixando apenas a sombra e a lembrança do que antes havia.

Nesse sentido, apresento um desastre natural, mais especificamente uma enchente, que marcou o campo da restauração, conservação e preservação de documentos, servindo como modelo propulsor para o desenvolvimento de técnicas e de planejamento para evitar futuros danos, bem como, incentivou a criação de órgãos públicos e privados a darem mais atenção a seus bens culturais.

Na cidade de Florença, Itália em 1966, nos dias 3 e 4 de novembro, ocorreu uma terrível enchente. O rio Arno não suportou a grande quantidade de água das chuvas intensas, e acabou transbordando e atingindo a cidade, subindo seu leito até 5 a 6 metros, chegando ao primeiro andar dos edifícios. A enchente atingiu museus, igrejas e outros depositórios de obras de arte: O Palazzo Vecchio, o Duomo, o Battistero. O Crucifixo de Cimabue da Basilica di Santa Croce, foi gravemente danificado pela inundaçãõ, tornando-se o símbolo de uma tragédia que golpeou não só a população, mas também a arte e a história. O centro histórico da cidade e a zona rural permaneceram inundados por dias, deixando cidades ilhadas e bastante devastadas (ABOUT FLORENCE, 2015).

Diante dessa catástrofe surgiram os “Anjos da lama”, um exército de jovens e adultos de todas as nacionalidades que voluntariamente, foram chegando à cidade aos milhares após o dilúvio para salvar as obras de arte, livros e documentos, tirando-os da lama, as heranças de séculos de arte e história. A presença dos voluntários internacionais deixou uma bela imagem diante de uma tragédia (ABOUT FLORENCE, 2015).



Inundações em Florença - 4 de novembro de 1966, O Arno - Anjos da lama na Biblioteca Nacional foto de Nicola Kraczyna - Especial La Repubblica.

O resultado dessa ação em Florença acabou colocando a restauração novamente no foco e no cerne de questões da preservação. Inicialmente as discussões em torno da restauração se deram pós Primeira Guerra Mundial, pois o ato de restaurar tornou-se uma febre, a ponto de perder o controle devido à falta de conhecimento técnico. Diante de tal experiência, após a segunda Guerra Mundial, ocorreu à criação dos órgãos de proteção e preservação, esse quadro da restauração acabou por ganhar novos contornos, regras e limitações.

No caso de Florença (Itália) houve uma mobilização internacional, que inicialmente fez uso de procedimentos habituais, até então conhecidos, que priorizavam itens individuais, o que acabou mostrando-se uma prática ineficaz diante da dimensão de documentos danificados. Com isso, a necessidade de planos de emergências e de ações interdisciplinares foi essencial no tratamento dos diversos materiais. E nesse sentido,

Acreditamos que a consciência da possibilidade de perda iminente de grandes conjuntos documentais, acentuada por lembranças como a da enchente de Florença, em 1966, foi construindo o arcabouço necessário à aceitação da conservação preventiva, hoje vitoriosa em países como os Estados Unidos e o Canadá (ZÚNIGA 2002, p.74).

Outro exemplo diz respeito ao caso da enchente que atingiu a cidade de São Luiz do Paraitinga (Brasil) em 2010, localizada no Vale do Paraíba no interior de São Paulo. Nesta enchente que ocorreu em janeiro de 2010, a cidade teve destruído edifícios públicos, monumentos históricos e casas, resultando na perda de grande parte da massa documental, desde documentos institucionais a documentos pessoais, como identidades, certidões de casamento, maternidade, processos, contratos, etc.

Como no Brasil não havia muitas referências no caso de desastres naturais que envolvessem a danificação do patrimônio cultural e documentos por água, fez com que este caso que ocorreu em São Luiz do Paraitinga tornar-se um desafio para os conservadores e restauradores brasileiros. Vale salientar também que a literatura da área é escassa em português, bem como a falta de equipamentos e profissionais especializados colocam-se como fatores prejudiciais na recuperação.

O próprio CONARQ (2012, p. 4) reconhece o caso de São Luiz do Paraitinga, e o utiliza como exemplo para demonstrar o quanto a realidade dos arquivos brasileiros permanece despreparada para enfrentar um desastre de tal magnitude,

Sabemos que alguns desastres naturais não podem ser evitados e muito menos controlados pelo homem. Não obstante, seria de grande importância que as instituições arquivísticas do país tivessem um plano de prevenção contra desastres, não somente onde a água seja o principal agente, mas também contra outros tipos de sinistro. Podemos citar alguns casos graves de desabamento e inundação ocorridos recentemente no Brasil, como o do Arquivo Público de São Luiz de Paraitinga, em São Paulo, em 2010, e o da Casa de Cora Coralina, na cidade de Goiás, em 2001. Ambos estão localizados muito próximos a rios e tiveram seus acervos molhados e parcialmente perdidos após enchentes de grandes proporções.

No caso de São Luiz do Paraitinga, instituições como o Núcleo de Conservação do Arquivo Público do Estado de São Paulo e do Núcleo de Conservação e Restauo Edson Motta formaram parcerias para atuarem na recuperação e restauração dos documentos da cidade. Entretanto, segundo Auada, *et al* (2012), devido a razões burocráticas levaram cerca de vinte e seis dias após o desastre para terem autorização para iniciarem os procedimentos de resgate.

Assim devido ao extenso período que os materiais ficaram expostos aos agentes ambientais e biológicos, o processo de degradação estava intensificado, os documentos haviam colado por causa da lama e já continham sinais de fungos. Para minimizar os danos, todos os documentos foram retirados das gavetas e expostos em polipropileno, para enfim serem transportados para São Paulo, onde receberiam o devido tratamento.

Segundo Auada *et al* (2012), foram adotados critérios técnicos de conservação de papel voltados para este tipo de desastre, no qual inicialmente passava pelo procedimento de secagem levando até dez dias para atingir o objetivo, para isso o material foi distribuído em um amplo espaço que contava com desumidificadores e ventilação constante e artificial, mantendo o equilíbrio e controle da umidade do ar. Foram utilizados ainda, papéis absorventes de modo intercalado, bem como o uso de imersão em água deionizada para remoção da lama e demais impurezas (AUADA, et al, 2012).

Devido à grande quantidade de material afetada pela inundação, parte dos documentos foi armazenada da mesma forma que foram encontradas, ou seja, cobertos por lama e água em sacos de lixos pretos, o que segundo os pesquisadores supracitados, gerou uma ampla infecção de fungos, o que levou os responsáveis pela restauração decidir por isolar o material, e buscar um tratamento alternativo, uma vez que o tratamento convencional colocaria em risco a saúde dos técnicos e profissionais envolvidos e não asseguraria a não contaminação dos demais documentos posteriormente. Assim, segundo Auada et al (2012, p.4, **tradução nossa**.);

Foi decidido, portanto, apresentar os documentos a partir de um tipo compacto de raios gama de cobalto-60 do Centro de Tecnologia das Radiações do Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares -. CTR-IPEN. (Centro de Tecnologia das Radiações para Nuclear e Instituto de Pesquisas Energéticas). Toda a documentação foi embalada em caixas de papelão onduladas e uma dose de desinfetante foi aplicada, não para fins de esterilização, mas, para reduzir a carga biológica. É bem sabido que as doses utilizadas para a esterilização de maneira são considerados demasiado elevados para materiais à base de celulose porque pode degradá-los.

De modo geral, apesar dos problemas financeiros e de equipamentos, podemos considerar, as ações desenvolvidas em São Luiz do Paraitinga obtiveram com o mesmo efeito que aconteceu na enchente em Florença em 1966, a última provocou alterações no âmbito mundial no campo da preservação do patrimônio, enquanto a enchente brasileira do interior de São Paulo tornou-se um alerta e um marco na história da restauração, conservação e preservação documental e do patrimônio cultural do Brasil, permitindo que através de tratamentos em sua maioria, manual, garantisse, segundo Auada; et al (2012). Cerca de 95% de recuperação dos documentos tratados e servindo de referência para os profissionais da área atuar em outros eventos similares.

Além da parceria de órgãos institucionais de conservação de São Paulo, no caso de São Luiz do Paraitinga, outras organizações se mobilizaram para minimizar os danos aos documentos oficiais, como foi o caso da Associação dos Registradores de Imóveis de São Paulo - ARISP, que investiram cerca de R\$ 200.000,00 para a restauração dos documentos referentes a escrituras, registros de imóveis, contratos de locação, matrículas de imóveis, livros de transição, certificados de declarações de certidões entre outros, além de documentos históricos do século 19 e do poder judiciário, ao todo 135 anos de registro (IMPrensa ARIST, 2010).

Todo o material foi transportado para a capital paulista, tomando por lama e água. Após longo período de tratamento, segundo a ARISP o saldo de perdas foi pequeno, deixando a equipe de arquivistas, restauradores e conservadores satisfeita. Com o término do processo de recuperação a documentação retornou ao cartório, que se mudou para o centro da cidade, no bairro São Benedito, local mais afastado de Paraitinga (IMPrensa ARIST, 2010).

Diante da trágica situação tiram-se novas experiências, como exemplo, o presidente da ARISP, Flauzilino Araújo dos Santos afirmou que os cartórios precisam ter um plano de Continuidade de Negócios para períodos de crise ou na ocorrência de fatos inesperados. Com a catástrofe de 2010 a ARISP colocou a disposição de todos os Registros de Imóveis do Estado num sistema de backups para armazenamento de dados e imagens, utilizando assim, mecanismos da digitalização dos documentos para sua conservação e salvaguarda (IMPrensa ARIST, 2010).

4. PRÁTICAS E RECOMENDAÇÕES: Preservação e Conservação de Documentos em papel

Assistimos todos os anos, reportagens que mostram cidades brasileiras afetadas por enchentes, apesar de serem consideradas catástrofes, imprevisíveis, até que ponto estamos preparados para tal situação? Como nossos arquivos, bibliotecas, museus estão protegidos ou habilitados para reagirem em casos extremos? A questão é que, não estamos preparados para enchentes, inundações, uma vez que já enfrentamos problemas localizados e ainda assim temos dificuldades de solucioná-los. Conforme o CONARQ (2012, p.4).

Historicamente, acervos arquivísticos têm sido danificados ou perdidos devido a enchentes, inundações e infiltrações por falta de manutenção preventiva dos edifícios, como obstrução de calhas e má conservação das instalações hidrossanitárias. Aliada aos danos provocados pela água, a exposição à temperatura e umidade relativa do ar inadequadas, é também responsável pela deterioração da documentação durante esse tipo de sinistro, ao contribuir para que, em poucas horas, os acervos sejam contaminados por microrganismos e fragilizados. Em caso de enchentes, a camada de lama que fica impregnada nos documentos é de difícil remoção. Além disto, procedimentos de resgate inadequados também podem provocar danos irreversíveis ao acervo já atingido pela água.

Em 2012, o CONARQ lançou um documento, intitulado “Recomendações para o Resgate de Acervos Arquivísticos Danificados por Água”, para ser adotado por instituições, que ainda não possuam plano de prevenção contra sinistros, ou projetos de planejamento voltados para o resgate, político de preservação, ações de conservação. De modo geral as instituições que salvaguardam acervos e coleções devem ter tais projetos atualizados e acessíveis a todos os funcionários, com treinamento em dia, e equipamentos especializados.

Uma das diretrizes propostas por esse documento, alerta para que as instituições tenham seus funcionários treinados, bem como, uma lista de atribuições e funções, juntamente com o contato telefônico de toda a equipe, para que em casos de sinistros, ou eventuais situações que promovam a danificação, os responsáveis sejam encontrados de forma rápida e eficiente.

Outra especificação da Recomendação seria a parceria com o Corpo de Bombeiros, tal trabalho em conjunto resultaria em treinamentos e palestras no quais bombeiros e funcionários teriam conhecimentos recíprocos de como proceder em situações inusitadas, às prioridades de resgate, e o tipo de material a ser utilizado a fim de evitar a danificação do acervo.

A conscientização e o conhecimento são fatores essenciais para ambos profissionais e devem ser especificados no planejamento da política de preservação institucional. A informação é um elemento essencial na preservação e conservação dos acervos e coleções, conhecer todo material, sua localização, os cuidados que devem ser atentados no momento do resgate.

Dentro da política de preservação, o planejamento direcionado a questões estruturais como arquitetura, segurança, transporte, manuseio, e controle no interior da unidade de informação, devem estar sempre atualizados e serem de conhecimento de toda a equipe. Por esse motivo, o CONARQ salienta,

A implantação de uma equipe de manutenção predial poderá minimizar e até mesmo eliminar os problemas causados por deficiência na preservação do prédio, o que ocasiona a maioria dos sinistros aos acervos. A manutenção predial deverá ser considerada como um investimento e principal aliada à prevenção de sinistros. Os profissionais envolvidos deverão estar devidamente capacitados a exercerem a função de conservadores do acervo em conjunto com a área de preservação de documentos. A qualidade do ar, a estabilidade da temperatura e umidade, a inspeção e estratégias de manutenção predial irão influir diretamente na preservação do acervo (CONARQ, 2012, p.12).

Como vimos o CONARQ elaborou uma série de documentos de recomendações para viabilizar o melhor tratamento, e condições de preservação e conservação dos documentos arquivísticos, no caso deste artigo focamos nas recomendações de documentos danificados por água. Mas é possível encontrar outros projetos que também visam facilitar e ampliar as informações em torno da preservação e conservação de documentos.

É o caso do Projeto Conservação Preventiva em Bibliotecas e Arquivos - CPBA, resultante de um trabalho de cooperação entre instituições brasileiras e norte-americanas. Esse projeto iniciado em 1997 publicou 52 textos que estão reunidos em 23 cadernos temáticos, eles abordam desde planejamento e gerenciamento voltados para conservação preventiva, abordando temáticas específicas como condições ambientais, prevenção de riscos, situações de emergência, armazenagem e conservação de livros e documentos, de filmes, fotografias e meios magnéticos, e já tratava da questão da microfilmagem e digitalização (OGDEN, 2001). Este material está disponível na internet.

Trazendo mais referências para este trabalho, não podemos deixar de apresentar o livro Biblioteca Nacional - Plano de Gerenciamento de Riscos: salvaguarda & emergência, de Jayme Spinelli e José Luis Pedersoli Jr., que tem como objetivo promover o intercâmbio de informações e experiências entre os profissionais que atuam na área de preservação e conservação do patrimônio cultural brasileiro.

A Fundação Biblioteca Nacional é a instituição responsável pela política governamental que trata da captação, guarda, preservação e difusão da produção intelectual do País. No que tange os procedimentos de controle de riscos, a BN define cinco estágios que devem ser atentados, evitar (evitar todas as fontes que atraem agentes de deterioração, remoção de materiais combustíveis, manutenção preventiva de modo geral), bloquear (instalação de barreiras físicas, para impedir a ação dos agentes de deterioração, também se caracteriza como uma ação preventiva), detectar (monitoramento contínuo e sistemático, esse estágio também é considerado parte da conservação preventiva), responder (uso de ações emergenciais e curativas, adequação das condições de armazenamento, esse estágio faz parte dos procedimentos adotados para a conservação interventiva), e recuperar (intervenções de conservação-restauração) (SPINELLI; PEDERSOLI JR., 2010).

Todas as ações voltadas para a segurança e preservação do acervo podem ser encontradas no Plano de Gerenciamento de Riscos – Salvaguarda e Emergência. Entre as diversas medidas voltadas para a segurança, é importante destacar a atuação de uma brigada de incêndio civil, que faz a vigilância do acervo 24h nos seus prédios: Sede, Anexo e Casa da Leitura.

Podemos dizer que a Preservação também conta com outras atividades de manutenção, como a conservação, higienização, encadernação de acondicionamentos do acervo fotográfico, moderno e raro, restauração e acondicionamento de coleções de livros raros, manuscritos, partituras musicais, mapas e gravuras.

Pautado nestes documentos citados, podemos evidenciar algumas ações que devem ser tomadas em caso de danificação de documentos por água. Utilizo como base as recomendações do CONARQ, bem como as orientações publicadas pelo CPBA e da BN. Recomendamos a leitura de tais documentos, uma vez que eles trazem detalhadamente cada procedimento a ser adotado em casos extremos. Neste artigo, apresentaremos de forma resumida, algumas ações a serem adotadas para documentos afetados pela água.

A conservação preventiva deve ser uma prática adotada por todas as instituições e unidades de informação que possuem acervos e coleções. Nesse sentido, é essencial realizar sistematicamente manutenções. Tratando-se de ações que evitem riscos de danificação por água, é importante assegurar que todas as instalações hidráulicas estejam em perfeito estado, bem como equipamentos como ar condicionado, e ainda verificar como estão as instalações da rede pública de água e esgoto situada próxima da instituição (SPINELLI; PEDERSOLI JR., 2010).

Para tanto, caso a documentação seja acometida por água, deve-se inicialmente, remover com bastante cuidado o excesso de água, utilizando tábuas que possuam as mesmas dimensões dos documentos, evitando assim dobras e possíveis impactos na estrutura do documento. Ao colocar o material entre as tábuas, pressiona-se levemente em toda sua extensão, a fim de reduzir as deformações resultantes do inchaço da água. Caso seja um livro, este deve ser aberto em posição vertical, em local arejado, por até três horas, mudando de posição para que a água escorra de todos os lados do material. Na sequência, após a secagem, utiliza-se o saco de polietileno de maneira que o ar será extraído ao máximo, com um aparelho aspirador de pó ou similar, tal procedimento tem como objetivo minimizar a formação de cristais de gelo, no processo de congelamento (CONARQ, 2012).

Os cristais podem romper as fibras do papel, criando o aspecto de craquelado danificando assim o documento. O Congelamento é uma técnica que busca aniquilar a proliferação de microrganismos, os materiais devem ser acondicionados nos freezers de modo a evitar possíveis deformações físicas. O descongelamento deve ser gradativo, e a unidade de informação deve estar apta para realizar o tratamento individual de cada material (CONARQ, 2012).

Por isso o planejamento é um fator essencial para a preservação e qualidade de vida dos documentos. Sem ele, os procedimentos podem não surtir efeito devido à falta de preparo da equipe, ou a falta de equipamentos necessários. O desumidificador de ar é outro aparelho fundamental nos procedimentos de recuperação dos documentos danificados por água (CONARQ, 2012). Para tanto,

A remoção do ar úmido, realizada por esses aparelhos, evitará que microrganismos se desenvolvam durante o período de secagem dos documentos. Não esquecer de retirar a água da bandeja dos equipamentos desumidificadores, de acordo com as instruções do fabricante, para que esta não retorne ao ambiente, aumentando a umidade relativa do ar (CONARQ, 2012, p.8).

O CONARQ disponibiliza também, um protocolo de tratamento voltado para procedimentos administrativos, que podem auxiliar muito as instituições e unidades de informação a construírem e pensarem suas políticas de preservação. “Segundo este documento, é importante criar um grupo de funcionários para atuarem em momentos de crises, composto preferencialmente pelo Diretor, por um funcionário da área administrativa e um técnico responsável pelo acervo” (CONARQ, 2012, p.5) e ainda,

Esse grupo de trabalho tem a responsabilidade de viabilizar as ações administrativas que deverão agilizar o trabalho dos técnicos responsáveis pelo resgate do acervo, denominado Grupo de Resgate. Este grupo é entendido como uma equipe multidisciplinar e poderá contar, ainda, com voluntários da região ou com pessoas contratadas pela instituição para este serviço específico. (CONARQ, 2012, p.5-6).

Outra questão importante para o resgate dos documentos seria a instituição possuir um inventário de seu acervo atualizado, para controle e conhecimento do que está sendo tratado, do que foi salvo, e do que foi perdido.

Através do inventário é possível construir novas planilhas que armazenem novos dados sobre a documentação, como sua localização, sua situação de conservação, o tratamento e as técnicas empregadas, os responsáveis pelas ações interventivas, etc. Esse controle da informação é essencial para a memória do documento.

Coloca-se como fundamental em situações como enchentes ou outros desastres e eventualidades, o registro de todas as ações, desde o momento em que se tem o primeiro contato, seguindo por todo o desenrolar dos tratamentos e procedimentos, até o resultado final. O uso de câmaras fotográficas torna-se essencial.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com esse artigo salientamos a importância de treinamento e capacitação dos profissionais que lidam com documentos, em casos de desastres naturais como enchentes; acreditamos ser interessante, acrescentar mais algumas dicas sobre como lidar com outros materiais para além do papel. Em casos de materiais como: fitas e filmes molhados devem-se, não tocar as superfícies, não utilizar espátulas, pinças ou outro material magnético, nem bandejas metálicas, substituir as embalagens molhadas por outras limpas e secas, as fitas enlameadas e sujas devem ser desenroladas, lavadas e secadas verticalmente, re-acondicionar e copiar (TOLEDO, 2009).

Já com fotografias molhadas, é preciso inicialmente secá-las ao ar livre, na posição vertical e sobre papéis absorventes, individualmente. Caso estejam enlameadas, lavá-las em água limpa (deionizada) sem tocar em sua superfície, secar na posição vertical. Ao falar das formas de secar os materiais, existem alguns tipos de secagem, como a secagem ao ar livre (a mais comum), que é utilizada para quantidades pequenas de objetos e documentos, este procedimento demanda espaço amplo, a UR (umidade relativa) deve ser abaixo de 50% e pode causar distorções nos suportes caso não seja realizada de maneira correta (TOLEDO, 2009).

A secagem por congelamento é indicada para documentos que estejam moderadamente molhados, em caso de livros, as capas devem ser levemente comprimidas para retirar o excesso de água. Esse procedimento leva algumas semanas ou meses para ser finalizado.

Outra forma é a secagem térmica á vácuo, indicado para documentos muito danificados pela água, a probabilidade de distorções é maior. Têm-se ainda a secagem por congelamento á vácuo, requer um equipamento muito sofisticado, passa pelo processo de sublimação, e quase não acarreta distorções do material (TOLEDO, 2009).

De modo geral, este trabalho procurou esclarecer e desenvolver maneiras para a recuperação de documentos afetados por água, especificamente em casos de catástrofes naturais. Ao passo que nos deparamos com exemplos em que a massa documental foi perdida ou danificada, vimos algumas ações de restauração e conservação interventiva, que auxiliam no processo de reintegração dos documentos. Tais ações devem ser analisadas e debatidas no âmbito das diversas áreas que lidam com documentos e patrimônios materiais.

Ao longo do curso de arquivologia, disciplinas como Preservação e Conservação de Acervos e Preservação e Conservação de Unidades de Informação, nos auxiliam a compreender esse universo, bem como ampliar as informações e conhecimentos a respeito dos tratamentos e formas de amenizar ou minimizar as ações de degradação que os patrimônios materiais, em especial os documentos em papel, sofrem nos arquivos e acervos institucionais.

Nesse sentido, buscamos destacar alguns casos de enchentes que afetaram de forma direta os documentos, e o quanto o processo de tratamento é delicado, custoso e demanda equipes especializadas e multidisciplinares para atuarem em sua recuperação. É preciso estar atento às novas técnicas e estudos que visem à preservação e conservação dos documentos, e o profissional do arquivo deve-se manter informado e atualizado nesse quesito.

Apesar de existirem manuais práticos sobre o assunto, é perceptível que a literatura desse segmento deixa a desejar no Brasil. Instituições como o Escudo Azul atuam de forma alternativa e de apoio, uma vez que as instituições oficiais que salvaguardam documentos significativos para o patrimônio brasileiro, ainda carecem de equipes treinadas e equipadas para enfrentar situações extremas como as enchentes.

Alguns comitês regionais do Escudo Azul contam com a colaboração de voluntários para o resgate documental, bem como o trabalho em parceria com a Cruz Vermelha e outros órgãos oficiais. Entretanto aqui na Paraíba não possuímos um Comitê Regional do Escudo Azul, e carecemos de entidades desse tipo que possam contribuir em casos alarmantes desse gênero.

O Corpo de Bombeiros Militar da Paraíba possui uma norma técnica nº004/2012 referente à “Classificação das edificações quanto à natureza da ocupação, altura e área construída”, que já atenta para os procedimentos que devem ser adotados em ambientes como bibliotecas e arquivos, e ainda os critérios de exigência referentes ao sistema de proteção, fixando assim elementos obrigatórios conforme a área construída. É possível encontrar tais informações na tabela 4F.1, no qual esse tipo de construção que nos referimos está classificada no grupo F, na categoria “Ocupação” como “Local de Reunião de Público”, na “Divisão F-1”, com a seguinte descrição: “Local onde há objeto de valor inestimável” (Norma Técnica nº 04, 2012).

Apesar de encontrarmos já um indício que demonstra a preocupação de órgãos públicos perante nosso patrimônio, ainda é evidente a fragilidade de nossos arquivos e acervos. Não há trabalhos colaborativos, principalmente no quesito de treinamento prático entre os profissionais das instituições e o Corpo de Bombeiros, e apesar dos cursos de Arquivologia e Biblioteconomia oferecem disciplinas que direcionem para questões de preservação e conservação, abrindo os olhos dos futuros profissionais que irão atuar nesses ambientes, é possível confirmar a necessidade de cursos de capacitação que promovam essas experiências práticas e também teóricas na área de preservação e conservação, principalmente no que tange ações de interação e trabalho colaborativo com outros órgãos como o citado Corpo de Bombeiros e a Defesa Civil, para ampliar o conhecimento e as técnicas de pronto-resposta entre profissionais, para assim, saberem atuar em casos de emergências.

REFERÊNCIAS

ABOUT FLORENCE. **AS INUNDAÇÕES DE FLORENÇA: 4 DE NOVEMBRO DE 1966**. BLOG. Disponível em: <<http://www.aboutflorence.com/pt/enchentes-de-florenca.html>> Acesso em: 15 jan de 2015.

ALVES, J.X.S.; SILVA, M.J.D.; OLIVEIRA, A.C. Feridas e Cicatrizes na paisagem de São Luiz do Paraitinga. **SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE CIENCIAS INTEGRADAS DA UNAERP – CAMPUS GUARUJÁ**. Disponível em: <<http://www.unaerp.br/index.php/documentos/1275-feridas-e-cicatrizes-na-paisagem-de-sao-luiz-do-paraitinga/file>> Acesso em: 10 jan 2015.

AUADA, F. M.; ANGUEIRA, A. M.; MORAIS, C. S.; CERQUEIRA, D. M.; MAGANINI, Ellen ; BACKIEWICZ, G. M. **São Luiz do Paraitinga Underwater**. IAEA/INIS, Vienna, 03 dez. 2012.

BECK, Ingrid. (coord). **Administração de emergências**. Rio de Janeiro: Projeto Conservação Preventiva em Bibliotecas e Arquivos : Arquivo Nacional, 1997. 38 p. (n. 20-25: emergências)

COMITÊ PAULISTA ESCUDO AZUL. Disponível em <<http://www.escudoazul.com/comitepaulista>> Acesso em: 25 jan 2015.

CONARQ, **Recomendações para o resgate de acervos arquivísticos danificados por água**. Rio de Janeiro, 2012.

IMPrensa ARIST. ARISP entrega documentos recuperados ao Registro de Imóveis de São Luiz do Paraitinga. **Registradores Notícia**. São Paulo, 24 de março 2010. Disponível em: <<http://iregistradores.org.br/noticias/arisp-entrega-documentos-recuperados-ao-cartorio-de-registro-de-imoveis-de-sao-luiz-do-paraitinga/>> Acesso: 11 nov. 2014.

LAKATOS, E. M. [et al]. **Metodologia do trabalho científico**. 6° ed. São Paulo: Atlas, 2001.

NORMA TÉCNICA nº 04/2012 – CBMPB. **CLASSIFICAÇÃO DAS EDIFICAÇÕES QUANTO À NATUREZA DA OCUPAÇÃO, ALTURA E ÁREA CONSTRUÍDA**. Publicada no dia 02 de outubro de 2012. Disponível em: <<http://www.bombeiros.pb.gov.br/wp-content/uploads/2013/10/NT-n%C2%BA-0042013-CBMPB.pdf>> Acesso em 10 de jan 2015.

OGDEN, S. **Conservação Preventiva em Bibliotecas e Arquivos**. 2° edição, Rio de Janeiro, 2001.

TOLEDO, F. **Limpeza, Acondicionamento e Manutenção de Bens Patrimoniais**. Apostila Conservação de Bens Patrimoniais, UNICAP, 2009.

SEVERINO, A.J. **Metodologia do trabalho científico**. 23. São Paulo: Cortez, 2007.

SPINELLI, J.; PEDERSOLI JR, J.L. **Biblioteca Nacional: plano de gerenciamento de riscos – salvaguarda & emergência**. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2010.

ZÚÑIGA; S. S. G. A importância de um programa de preservação em arquivos públicos e privados. Registro. **REVISTA DO ARQUIVO PÚBLICO MUNICIPAL DE INDAIATUBA**. Indaiatuba (SP), v. 1, n. 1, jul. 2002